PROJETO DE LEI N.º ____, DE 2021

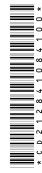
(Do Senhor Rodrigo de Castro)

Autoriza a administração pública direta e indireta de todos os entes Federação, na constância da Emergência em Saúde Pública Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição insumos e medicamentos eficácia comprovada, além de bens e serviços utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo novo coronavírus.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Esta Lei autoriza a administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação, na constância da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição de insumos e medicamentos de eficácia comprovada, além de bens e serviços utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo novo coronavírus.

Art. 2.º Enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), fica a administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação autorizada a celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição de



insumos e medicamentos de eficácia comprovada, além de bens e serviços utilizados no tratamento de saúde em regime hospitalar de pacientes infectados pelo novo coronavírus, nos termos de regulamento a ser expedido pelo Ministério da Saúde.

- § 1.º A dispensa da realização de licitação para a celebração de contratos ou de instrumentos congêneres de que trata o caput deste artigo não afasta a necessidade de processo administrativo que contenha os elementos técnicos referentes à escolha da opção de contratação e à justificativa do preço ajustado.
- § 2.º Serão conferidas ampla transparência e publicidade a todas as aquisições ou contratações realizadas nos termos desta Lei, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da realização do ato, em sítio oficial na internet, observados, no que couber, os requisitos previstos no § 3.º do art. 8.º da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), no qual serão divulgados:
- I o nome do contratado e o número de sua inscrição na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia ou identificador congênere no caso de empresa estrangeira que não funcione no País;
- II o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou de contratação;
- III o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato;
- IV a discriminação do bem adquirido ou do serviço contratado e o local de entrega ou de prestação do serviço;
- V o valor global do contrato, as parcelas do objeto, os montantes pagos e o saldo disponível ou bloqueado, caso exista;
 - VI as informações sobre eventuais aditivos contratuais;
- VII a quantidade entregue ou prestada em cada ente federativo durante a execução do contrato, nas contratações de bens e serviços; e



- VIII as atas de registros de preços das quais a contratação se origine, se houver.
- § 3.º Na hipótese de dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo, quando se tratar de compra ou de contratação por mais de um órgão ou entidade, poderá ser utilizado o sistema de registro de preços previsto no inciso II do caput do art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos), ou dispositivo legal que venha a altera-lo.
- § 4.º Nas situações abrangidas pelo § 5º deste artigo, o ente federativo poderá aplicar o regulamento federal relativo ao sistema de registro de preços, caso não tenha editado regulamento próprio.
- § 5.º O órgão ou a entidade gerenciadora da compra estabelecerá prazo de 2 (dois) a 8 (oito) dias úteis, contado da data de divulgação da intenção de registro de preço, para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar do sistema de registro de preços realizado nos termos dos §§ 5º e 6º deste artigo.
- § 6.º Nas contratações realizadas a partir de 30 (trinta) dias da assinatura da ata de registro de preços, a estimativa de preços será atualizada para verificar se os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta, promovendo-se, se for o caso, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Art. 3.º Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se comprovadas:
- I a ocorrência de situação de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus responsável pela covid-19 (SARS-CoV-2);
- II a necessidade de pronto atendimento à situação de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus responsável pela covid-19 (SARS-CoV-2).
- Art. 4.º Nas aquisições e nas contratações de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.



- Art. 5.º Nas aquisições ou nas contratações de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.
- § 1.º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado referidos no caput deste artigo conterão:
 - I declaração do objeto;
 - II fundamentação simplificada da contratação;
 - III descrição resumida da solução apresentada;
 - IV requisitos da contratação;
 - V critérios de medição e de pagamento;
- VI estimativa de preços obtida por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:
 - a) Portal de Compras do Governo Federal;
 - b) pesquisa publicada em mídia especializada;
 - c) sítios na internet especializados ou de domínio amplo;
 - d) contratações similares de outros entes públicos; ou
 - e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e
 - VII adequação orçamentária.
- § 2.º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, poderá ser dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do § 1º deste artigo.
- § 3.º Os preços obtidos a partir da estimativa de preços de que trata o inciso VI do § 1º deste artigo não impedem a contratação pelo poder público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, desde que observadas as seguintes condições:
- I negociação prévia com os demais fornecedores, de acordo com a ordem de classificação, para obtenção de condições mais vantajosas; e



- II fundamentação, nos autos do processo administrativo da contratação correspondente, da variação de preços praticados no mercado por motivo superveniente.
- Art. 6.º Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição ou a contratação de que trata esta Lei, os prazos serão reduzidos pela metade.
- § 1.º Quando o prazo original de que trata o caput deste artigo for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.
- § 2.º Os recursos interpostos contra os procedimentos licitatórios de que trata esta Lei não terão efeito suspensivo, somente terão o efeito devolutivo.
- § 3.º Nos procedimentos licitatórios de que trata o caput deste artigo, fica dispensada a realização da audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos) ou dispositivo legal que venha a altera-lo.
- § 4.º As licitações de que trata o caput deste artigo, realizadas por meio de sistema de registro de preços, serão consideradas compras nacionais e observarão o disposto em ato editado pelo Poder Executivo federal, observado o prazo estabelecido no § 7º do art. 2º desta Lei.
- Art. 7.º Para os contratos celebrados nos termos desta Lei, a administração pública direta e indireta poderá estabelecer cláusula com previsão de que os contratados ficam obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais iniciais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado limitados a até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- Art. 8.º Os órgãos e as entidades da administração pública federal ficam autorizados a aderir à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal em procedimentos realizados nos termos desta Lei, até o limite, por órgão ou entidade, de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens constantes do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.



Parágrafo único. As contratações decorrentes de adesão à ata de registro de preços de que trata o caput deste artigo não poderão exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem à ata.

Art. 9.º Os órgãos de controle interno e externo priorizarão a análise e a manifestação quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade das despesas decorrentes das aquisições ou das contratações realizadas com fundamento nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como é de amplo conhecimento público, a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – Lei do Coronavírus, teve sua vigência impropriamente atrelada à do Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020¹, que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública para fins exclusivamente fiscais, e vigorou até 31 de dezembro de 2020.

Nesse cenário, em 30 de dezembro de 2020, o Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, deferiu parcialmente o pedido de tutela de urgência formulado na ADI 6625, ponderando que:

"(...) Na espécie, embora a vigência da Lei n° 13.979/2020, de forma tecnicamente imperfeita, esteja vinculada àquela do Decreto Legislativo n° 6/2020, que decretou a calamidade pública para fins exclusivamente fiscais, repita-se, vencendo em 31 de



¹ Conforme preceitua o art. 8.º da Lei: "Esta Lei vigorará enquanto estiver vigente o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, observado o disposto no art. 4º-H desta Lei." Aludido art. 4.º-H estatui, a seu turno: "Art. 4º-H. Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até 6 (seis) meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto vigorar o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, respeitados os prazos pactuados."

dezembro de 2020, não se pode excluir, neste juízo precário e efêmero, próprio da presente fase processual, a conjectura segundo a qual a verdadeira intenção dos legisladores tenha sido a de manter as medidas profiláticas e terapêuticas extraordinárias, preconizadas naquele diploma normativo, pelo tempo necessário à superação da fase mais crítica da pandemia, mesmo porque à época de sua edição não lhes era dado antever a surpreendente persistência e letalidade da doença. Tal fato, porém, segundo demonstram as evidências empíricas, ainda está longe de materializar-se. Pelo contrário, a insidiosa moléstia causada pelo novo coronavírus segue infectando e matando pessoas, em ritmo acelerado, especialmente as mais idosas, acometidas por comorbidades ou fisicamente debilitadas. Por isso, a prudência amparada nos princípios da prevenção e da precaução,14 que devem reger as decisões em matéria de saúde pública aconselha que as medidas excepcionais abrigadas na Lei nº 13.979/2020 continuem, por enquanto, a integrar o arsenal das autoridades sanitárias para combater a pandemia." (destaquei).

Assentado nessa premissa, decidiu o Ministro:

"(...) Em face do exposto, defiro parcialmente a cautelar requerida, ad referendum do Plenário desta Suprema Corte, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 8.° da Lei n° 13.979/2020, com a redação dada pela Lei 14.035/2020, a fim de excluir de seu âmbito de aplicação as medidas extraordinárias previstas nos arts. 3°, 3°-A, 3°-B, 3°-C, 3°-D, 3°-E, 3°-F, 3°-G, 3°-H e 3°-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas. (...)" (destaquei)

Conforme se nota, a cautelar deferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski e referendada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal abarca, tão somente, os dispositivos mencionados, que se referem, primordialmente, às medidas de segurança necessárias ao enfrentamento da pandemia, como isolamento social, quarentena, obrigatoriedade do uso de máscara de proteção



e fixação de multa para a inobservância de obrigações, dentre outras.

Nesse contexto, não foi mantida a vigência dos arts. 4.º a 4.º-K da Lei n.º 13.979/20, por exemplo, que previam e disciplinavam a dispensa temporária de licitação para a aquisição ou a contratação de bens, serviços (abrangidos os de engenharia), e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata aquele diploma legal.

O instrumento foi e é de extrema relevância para um combate eficaz ao coronavírus COVID-19, na medida em que facilita e agiliza os processos de aquisição de bens, insumos e medicamentos e a contratação de serviços destinados ao enfrentamento.

E, precisamente no momento em que atingimos o trágico número de trezentas mil mortes, pululam na imprensa brasileira notícias se referindo à crescente falta de insumos e medicamentos decorrente da brutal elevação da demanda por internações hospitalares, cenário que é agravado pela indisponibilidade de fornecimento de muitos desses bens.

Afigura-se mais do que necessário que se disponibilize aos gestores públicos um processo ágil, simplificado e seguro, ou seja, com todas as cautelas legais cabíveis, para a aquisição ou a contratação imediata de insumos, medicamentos e serviços que podem salvar a vida das pessoas.

Para tanto, tomo de empréstimo a disciplina prevista na Lei n.º 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, com a promoção das alterações que se fizeram necessárias.

Diante da grande importância da matéria ora proposta para que se possa enfrentar, de forma mais eficaz, a atual



Apresentação: 07/04/2021 16:25 - Mesa

CÂMARA DOS DEPUTADOS

emergência de saúde pública de importância internacional que vimos atravessando, conclamo os nobres Pares a aprovarmos o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2021.

DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO PSDB/MG

Documento eletrônico assinado por Rodrigo de Castro (PSDB/MG), através do ponto SDR_56268, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

